

Proposta de Orçamento de 2024 terá R\$ 600 bilhões em receitas extras

As iniciativas do governo para elevar a arrecadação estão divididas em três pilares. O primeiro é o de recomposição da base fiscal e correção de distorções, com duas ações

PROJETO DE LEI

Idiana Tomazelli

FOLHAPRESS

Para alcançar o déficit zero prometido pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai enviar a proposta de Orçamento de 2024 com um previsão de R\$ 168 bilhões em receitas extras, a partir de medidas que ainda precisam da aprovação do Congresso Nacional ou implementação pelo Executivo.

O grau de incerteza que cerca essas fontes de arrecadação tem alimentado a pressão dentro do próprio governo para reduzir a carga fiscal até o fim deste ano, como mostrou a Folha de São Paulo. O Ministério da Fazenda vê o movimento como "fogo amigo". A pasta avalia que o reequilíbrio das contas é fundamental para estabilizar a trajetória da dívida pública. Por isso, a meta de zerar o déficit não é um "cavalariada de batalha", diz um integrante da equipe econômica, mas sim um alvo a ser perseguido e com o qual se busca convencer o Legislativo da necessidade de aprovar as medidas.

As iniciativas para elevar a arrecadação estão divididas em três pilares. O primeiro é o de recomposição da base fiscal e correção de

distorções, com duas ações. Uma é o projeto de lei que muda as regras de julgamentos de conflitos tributários no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). A expectativa do governo é arrecadar R\$ 54,7 bilhões, valor que estará na proposta de Orçamento de 2024.

Segundo a fonte do governo, trata-se de uma estimativa "conservadora", que ainda não considera todo o potencial de arrecadação diante de um estoque de R\$ 1,1 trilhão em disputas no tribunal administrativo.

Por outro lado, o valor desconsidera os jacobins incluídos no texto (que poderiam reduzir o poder de fogo das medidas) porque há uma chance elevada de eles serem vetados pelo presidente da Fazenda.

A outra ação é a MP (medida provisória) que vai regulamentar a decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) sobre a tributação de benefícios fiscais do ICMS. A equipe econômica espera arrecadar R\$ 37,3 bilhões, o que inclui apenas o fluxo futuro de receitas, sem contabilizar a solução para o estoque do que não foi pago devidamente pelas companhias em anos anteriores.

O entendimento do governo é que, ao ampliar o lucro das empresas, os incentivos concedidos no âmbito do ICMS não relacionados diretamente a investimentos devem ser incluídos



Haddad promete alcançar o déficit zero com receitas extras

na base de cálculo de TRPJ e CSSL, tributos federais.

A decisão do STJ deu vitória ao governo, mas prevê que a Receita Federal fará a cobrança depois das declarações das empresas, mediante fiscalização, o que poderia dificultar a recuperação desses valores.

A MP vai prever que haja um processo para as empresas justificarem os investimentos ao Fisco, e então a Receita conceda um crédito financeiro equivalente a 25% do valor, a ser usado no abatimento dos tributos federais. Assim, não será necessário esperar a fiscalização.

O segundo pilar trata de isonomia tributária e enfrentamento a abusos. Nesse grupo de medidas estão a MP para taxar fundos exclusi-

vos de investimento no Brasil e o projeto de lei, com urgência constitucional, para tributar os fundos e recursos offshore (mantidos em paraísos fiscais fora do país).

Os dois atos foram editados por Lula na segunda-feira (28). A expectativa é arrecadar R\$ 13,28 bilhões com fundos exclusivos e R\$ 7,05 bilhões com offshores no ano que vem.

Uma terceira medida é o fim do JCP (Juros sobre Capital Próprio), uma forma remunerar seus acionistas recolhendo menos tributos. A avaliação do governo é de que o uso do mecanismo foi desvirtuado, o que justifica sua extinção.

O governo vai incluir no Orçamento uma previsão de

receitas da ordem de R\$ 10 bilhões com o fim do JCP. Um integrante da equipe econômica, porém, admite que essa fonte de arrecadação é a uma das mais incertas dentro do pacote.

A avaliação do governo é que o debate sobre o JCP está menos maduro do que a taxação dos fundos exclusivos ou offshore, por exemplo.

Empresas têm ponderado sobre a necessidade de discutir mudanças no JCP em conjunto com as demais regras de tributação da renda das empresas -eixo que será alvo da segunda fase da Reforma Tributária, ainda a ser enviada ao Congresso Nacional. O governo tem se mostrado sensível a esse argumento.

PARA ENTENDER

PROJETO SOBRE O JCP

Porto, o Executivo vai enviar um projeto de lei para tratar do tema da JCP, mas sem urgência constitucional.

Segundo a fonte do governo, o texto vai "justificar" a inclusão da estimativa de arrecadação da proposta de Orçamento de 2024, mas a expectativa é fazer uma discussão mais ampla ao longo dos próximos meses. O terceiro eixo é uma demanda que o governo tem chamado de uma melhoria no relacionamento com a administração tributária federal.



Tebet: aumento de gastos

Orçamento de 2024 ampliará gasto em R\$ 129 bilhões, diz Tebet

PREVISÃO

Bernardo Caram

FOLHAPRESS

O Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) de 2024 será enviado na quinta-feira (31) ao Congresso com uma previsão de que a despesa primária crescerá R\$ 129 bilhões em relação a este ano, disse ontem a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, Tebet afirmou que a maior parte dessa alta será contada por gastos obrigatórios, e apenas R\$ 9 bilhões dizem respeito a despesas discricionárias.

O aumento de gasto proposto, segundo a ministra, já considera R\$ 32 bilhões que ficarão condicionados à aprovação posterior do Congresso. O dispositivo, derrubado na votação do arcabouço fiscal e que ainda consta em outro projeto em tramitação, permite que o governo amplie gastos em 2024 caso a inflação suba entre o meio e o fim deste ano.

A apresentação da ministra indicou que o limite total de gastos primários do governo federal em 2024 será de R\$ 2.093 bilhões. De acordo com a ministra, o Orçamento será apresentado com meta de déficit zero e, para isso, o governo precisa ampliar a arrecadação em R\$ 168 bilhões.

Tebet afirmou que a peça orçamentária trará todas as projeções de receitas para atingir esse objetivo, incluindo medidas que ainda dependem de aprovação do Congresso. Ela ponderou que eventual fracasso em medidas -como a que muda regras do Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais) ou a regulamentação de vitórias tributárias na Justiça- inviabilizaria o cumprimento do déficit zero.

PREVISÃO

Orçamento de 2024 ampliará gasto em R\$ 129 bilhões, diz Tebet

Orçamento de 2024 ampliará gasto em R\$ 129 bilhões, diz Tebet

AVISOS, ATAS E EDITAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS DO OESTE
PROJETO DE LEI Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de São Carlos do Oeste, por meio do Conselho Municipal de Educação, apresenta o Projeto de Lei nº 001/2023, que dispõe sobre a criação de uma escola municipal de ensino fundamental de 1ª a 5ª séries, localizada no bairro de São Carlos do Oeste, com o objetivo de atender a demanda educacional da comunidade local.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAETUBA
PROJETO DE LEI Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de Araetuba apresenta o Projeto de Lei nº 001/2023, que dispõe sobre a criação de uma escola municipal de ensino fundamental de 1ª a 5ª séries, localizada no bairro de Araetuba, com o objetivo de atender a demanda educacional da comunidade local.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
PROJETO DE LEI Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de Capanema apresenta o Projeto de Lei nº 001/2023, que dispõe sobre a criação de uma escola municipal de ensino fundamental de 1ª a 5ª séries, localizada no bairro de Capanema, com o objetivo de atender a demanda educacional da comunidade local.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGARANÁ-PA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2023
A Câmara Municipal de Paragaraná-PA apresenta o Extrato do Contrato nº 001/2023, que trata da contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAETUBA
PROJETO DE LEI Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de Araetuba apresenta o Projeto de Lei nº 001/2023, que dispõe sobre a criação de uma escola municipal de ensino fundamental de 1ª a 5ª séries, localizada no bairro de Araetuba, com o objetivo de atender a demanda educacional da comunidade local.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de São Carlos do Oeste apresenta o Extrato do Contrato nº 001/2023, que trata da contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAETUBA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de Araetuba apresenta o Extrato do Contrato nº 001/2023, que trata da contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de Capanema apresenta o Extrato do Contrato nº 001/2023, que trata da contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGARANÁ-PA
ATA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023
A Câmara Municipal de Paragaraná-PA apresenta a Ata de Licitação nº 001/2023, que trata da licitação para contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAETUBA
ATA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de Araetuba apresenta a Ata de Licitação nº 001/2023, que trata da licitação para contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS DO OESTE
ATA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de São Carlos do Oeste apresenta a Ata de Licitação nº 001/2023, que trata da licitação para contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAETUBA
ATA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de Araetuba apresenta a Ata de Licitação nº 001/2023, que trata da licitação para contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
ATA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de Capanema apresenta a Ata de Licitação nº 001/2023, que trata da licitação para contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAETUBA
ATA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de Araetuba apresenta a Ata de Licitação nº 001/2023, que trata da licitação para contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAETUBA
ATA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de Araetuba apresenta a Ata de Licitação nº 001/2023, que trata da licitação para contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.